

MESTRADO UNI7

DISCIPLINA: INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL – REFLEXÕES E TENDÊNCIAS NO DIREITO DAS EMPRESAS EM CRISE.

PROF. DR. ROBERTO LINCOLN

EMENTA:

O fenômeno da insolvência empresarial. O ciclo de vida da empresa. A estigmatização do devedor e o *Fresh Start*. Os fundamentos do concurso de credores. A evolução histórica do tratamento conferido à insolvência empresarial no Brasil. Lei nº 11.101/2005. Legitimados ativos e passivos e competência. Órgãos comuns: Administrador Judicial, Comitê de Credores e Assembleia Geral de Credores. Recuperação Judicial de Grupos Econômicos: a Consolidação Processual e Substancial. Créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial. Meios de Recuperação e o Plano de Recuperação Judicial. O poder do Juiz na Recuperação Judicial. A preservação da empresa na falência. Recuperação Extrajudicial: um instituto natimorto? Insolvência transnacional e a cooperação internacional: a Lei Modelo da UNCITRAL e o “Chapter15” do “*Bankruptcy Code*”. Propostas de Reforma à Lei nº 11.101/2005.

JUSTIFICATIVA:

O fenômeno da insolvência empresarial, cujo estudo se mostra de relevância constante, haja vista a ciclicidade da economia e o impacto das diferentes e recorrentes crises na condução da atividade empresarial pelo agente econômico, parece sofisticar-se cada vez mais, acompanhando a evolução das estruturas societárias e da forma de organização da atividade empresarial. Empresas transnacionais se socorrem em procedimentos de reestruturação em todo o mundo, enquanto o Direito tenta acompanhar a natural evolução deste cenário.

No Brasil, os institutos relacionados à insolvência foram postos à prova após a repercussão nacional da crise econômica financeira de 2008, culminando, no ano de 2016, no maior número de pedidos de Recuperação Judicial desde a elaboração da Lei nº 11.101/2005, conforme apontam as estatísticas.

Apesar dos avanços obtidos a partir da elaboração da Lei nº 11.101/2005, no interregno de quase 13 anos surgiram diversas reflexões para a evolução do Direito das Empresas em Crise em nosso país. No intuito de compreendê-las, mostra-se

necessário um estudo das principais questões sob diferentes perspectivas, dentre elas a histórica, a comparada e a jurisprudencial, atentando-se sempre para os múltiplos interesses envolvidos em um cenário de crise empresarial.

A presente disciplina busca, portanto, suscitar discussões sobre possíveis reformas e inovações à regulamentação da insolvência empresarial no Brasil, analisando as controvérsias mais latentes sobre o tema, com o objetivo de ambientar o aluno ao atual panorama do Direito das Empresas em Crise e a aperfeiçoar o debate acerca de uma área cuja prática se populariza no País como um todo.

BIBLIOGRAFIA:

ABRÃO, Carlos Henrique; ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei (coord.). 10 anos de vigência da Lei de Recuperação e Falência (Lei n. 11.101/2005). São Paulo: Saraiva, 2015.

ANAPOLSKY, Jeffrey M.; WOODS, Jessica F. Pitfalls in Brazilian Bankruptcy Law for International Bond Investors. 8 J. Bus. & Tech. L., 2013.

ARAÚJO, Aloísio; FUNCHAL, Bruno. A nova Lei de Falências brasileira e seu papel no desenvolvimento do mercado de crédito. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2 p. 209-254, ago. 2006.

AYOUB, Luis Roberto; CAVALLI, Cássio. A construção jurisprudencial da recuperação de empresas. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BAIRD, Douglas G. Bankruptcy's Uncontested Axioms. 108 Yale L.J., p. 573-599, 1998-1999.

_____. Elements of bankruptcy. 4ª ed., New York: Foundation Press, 2006.

_____. Game theory and the law. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de Recuperação de Empresas e falências comentada, 11ª ed., São Paulo: RT, 2015.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino; LYRA FILHO, Adriano Ribeiro. Lei de Falência Na Jurisprudência. São Paulo: RT, 2010.

BHANDARI, Jagdeep S.; WEISS, Lawrence A. (ed.). Corporate bankruptcy: economic and

legal perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BONFATTI, Sido; FALCONE, Giovanni (coord.). La nuova legge fallimentare "rivista e corretta". Milano: Giuffrè, 2008.

BUONOCORE, Vincenzo; BASSI, Amedeo. Trattato di diritto fallimentare - I presupposti - La dichiarazione di fallimento - Le soluzioni concordatarie. Padova: Cedam, 2010. v. 1.

_____. Trattato di diritto fallimentare - Gli organi. Gli effetti. La disciplina penalistica. Padova: Cedam, 2010. v. 2.

_____. Trattato di diritto fallimentare - Custodia e Amministrazione, accertamento del passivo, liquidazione e ripartizione dell'attivo, chiusura del fallimento. Padova: Cedam, 2011. v. 3.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik. Abuso do direito de voto na assembleia geral de credores. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa. 6ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

CANDELARIO MACIAS, Isabel. Reorganização instituída: Portugal and Spain. In Il diritto fallimentare e delle società commerciali, annata LXXVIIIª, Padova: Cedam, luglio-agosto 2003, n. 4, p. 1285-1318.

CARRIL, Pedro Prendes; PAREDES, Alfonso Muñoz (coord.). Tratado Judicial de la Insolvencia. Tomos I e II. Pamplona: Aranzadi, 2012.

CARVALHOSA, Modesto. Tratado de Direito Empresarial. V. 5. São Paulo: RT, 2016.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos (coord.). Direito Societário e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder. A Recuperação Judicial de Sociedades por Ações: O Princípio da Preservação da Empresa na Lei de Recuperação e Falência. São Paulo: Malheiros, 2012.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder; MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (coord.). Dez Anos da Lei nº 11.101/2005: Estudos sobre a Lei de Recuperação e Falências. São Paulo: Almedina, 2015.

CLAESSENS, S.; KLAPPER, L. Bankruptcy around the world – Explanations of its relative use. The World Bank Development Research Group Finance – Policy Research Working Paper, n. 2865, jul./2002

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina, CORRÊA-LIMA, Sérgio Mourão (coord.). Comentários à nova Lei de Falência e Recuperação de Empresa. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

COSTA, Helena Regina Lobo da; PORTO, Luiz Guilherme Moreira. Nova Lei de Falências II. In: REALE, Miguel; REALE JUNIOR, Miguel; FERRARI, Eduardo Reale. Experiências do direito. Campinas: Millenium, 2004.

COSTA, Daniel Carnio et al. Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências. V.01-03. São Paulo: Juruá, 2015.

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto (coord.). Comentários à nova lei de recuperação de empresas e de falências. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

DE LUCCA, Newton; DOMINGUES, Alessandra de Azevedo (Coord.). Direito Recuperacional Aspectos teóricos e práticos, São Paulo: Quartier Latin, 2009.

DE LUCCA, Newton; DOMINGUES, Alessandra de Azevedo; Nilva M. LeonardiAntonio (coord.). Direito Recuperacional II: Aspectos Teóricos e Práticos. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. Financiamento na Recuperação Judicial e na Falência. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

EUROPEAN COMMISSION. Best Project on Restructuring, Bankruptcy and a Fresh Start: Final Report of the Expert Group. Brussels, Sept. 2003. Disponível em: <http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/files/sme2chance/doc/failure_final_en.pdf>. Acesso em 25 set. 2017.

FABER, Dennis et al (ed.). Commencement of insolvency proceedings. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FACCINCANI, Lorenzo. Banche, imprese in crisi e accordistragiudizialidirisanamento. Milano: Giuffrè, 2007.

FASSI, Santiago; GEBHARDT, Marcelo. Concursos y quiebras. Buenos Aires: Astrea, 2004.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Lei de Falência e Recuperação de Empresas. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANCO, Vera Helena de Mello e SZTAJN, Rachel. Falência e recuperação de empresa em crise. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Relatório Final de Pesquisa do Projeto Pensando o Direito: Avaliação da Nova Lei de Falências (Lei 11.101/2005). Rio de Janeiro: mai. 2010.

GEBHARDT, Marcelo. Ley de concursos y quiebras - 24.522 y modificatorias. Buenos Aires: Astrea, 2008.

GHIA, Lucio; PICCININNI, Carlo; SEVERINI, Fausto. Trattatodelle Procedure Concorsuali - La dichiarazione di fallimento. Torino: UTET, 2010. v. 1.

_____. Trattatodelle Procedure Concorsuali - Le azioni revocatorie. I rapporti preesistenti. Torino: UTET, 2010. v. 2.

GILSON, Stuart C. Managing default: some evidence on how firms choose between workouts and chapter 11. In: GILSON, Stuart C. Corporate Bankruptcy – Economic and legal perspectives. Cambridge: University Press, 1996.

GILSON, Stuart C.; KOSE, John; LANG, Larry H.P. Troubled debt restructurings: an empirical study of private reorganization of firms in default. In: Journal of Financial Economics 27 (2), 1990.

JACQUEMONT, André. Droit des entreprises en difficulté. 7e ed. Paris: Litec, 2011.

JEANTIN, Michel; LE CANNU, Paul. Droit commercial. Entreprises en difficulté. 7ª ed. Paris: Dalloz, 2006.

JORNADA DE DIREITO COMERCIAL, I., 2012, Brasília. Enunciados Aprovados... Conselho da Justiça Federal. Min. Ruy Rosado (coord.).

JORNADA DE DIREITO COMERCIAL, II, 2015, Brasília. Enunciados aprovados em plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015. Conselho da Justiça Federal. Min.

Ruy Rosado (coord.).

LACERDA, J. C. Sampaio de. Manual de Direito Falimentar, 14ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. Direito da insolvência. Almedina: Coimbra, 2009.

LENOCI, Valentino. Il concordato preventivo e gli accordi di ristrutturazione dei debiti. Giuffrè: Milano, 2010.

LOBO, Jorge. A crise da empresa: a busca de soluções. In: Revista dos Tribunais 668. São Paulo: RT, 1991.

_____. Indeferimento da recuperação judicial. Valor Econômico, São Paulo, 22 mai. 2015. Legislação & Tributos, p. E2.

_____. Direito da crise econômica da empresa. In: Revista dos Tribunais 754. São Paulo: RT, 1998.

LOBO, Otto Eduardo Fonseca (Coord.) World insolvency systems - a comparative study. Toronto: Carswell Publications, 2009.

MACHADO, Rubens Aprobato (coord.). Comentários à nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MALOY, Richard. A primer on cramdown – how and why it works. In: St. Thomas Law Review 16 (1), 2003.

MARCONDES MACHADO, Sylvio. Curso de falências. São Paulo: USP, 1956.

McBRYDE, William W.; FLESSNER, Axel; KORTMANN, S.C.J.J. (ed.). Principles of european insolvency law. Deventer: Kluwer Law International, 2003.

MEVORAH, Irit; Insolvency within Multinational Enterprise Groups. Oxford: OUP, 2009

PACHECO, José da Silva. Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PACCHI, Stefania. Il concordato fallimentare. s/l: IPSOA (Gruppo WoltersKluwer), 2008.

PAILLUSSEAU, Jean. Du droit des faillites au droit des entreprises en difficulté. In: Études offertes à Roger Houin. Paris: Dalloz, 1985.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.). Direito falimentar e a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

PAJARDI, Piero; PALUCHOWSKI, Alida. Manuale di diritto fallimentare. 7ª ed. Milano: Giuffrè, 2008.

PÉROCHON, Françoise. Entreprises em difficulté. 9e ed. Paris: Montchrestien, 2012.

PERIN JR., Ecio. Preservação da Empresa na Lei de Falências. São Paulo: Saraiva, 2009.

PUGLIESI, Adriana Valéria. Direito Falimentar e Preservação da Empresa. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito falimentar. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

RODRÍGUEZ, Antonio Fernández; ÁLVAREZ, Manuel Mª Sánchez (Coords.). Crisis empresarial y concurso – comentários legais. Pamplona: Editorial Aranzadi, 2010.

ROE, Mark J. Corporate reorganization and bankruptcy: legal and financial materials. New York: Foundation Press, 2000.

RUIZ, Joice; Administrador Judicial na Recuperação e na Falência. São Paulo: Quartier Latin, 2016

SAINT-ALARY-HOUIN, Corine. Droit des entreprises en difficulté. 7e ed. Paris: Montchrestien, 2011.

SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Recuperação de Empresas e Falência: teoria e prática na lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2016.

SERRA, Catarina. O novo regime português da insolvência: uma introdução. 3ª ed. Coimbra/PT: Almedina, 2008.

SLATTER, Stuart; LOVETT, David. Como recuperar uma empresa: A gestão da recuperação do valor e da performance. São Paulo: Atlas, 2009.

SKEEL JR., David A. Debt's dominion: a history of bankruptcy law in America. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

SOUZA JR., Francisco Satiro de; PITOMBO, AntônioSérgio Altieri de Moraes. (coord.). Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: lei 11.101/2005. 2ª ed. São Paulo: RT, 2007.

SOUZA, Marcelo Papaléo De. A Lei de Recuperação e Falência e as Suas Consequências no Direito e no Processo do Trabalho. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

STANGHELLINI, Lorenzo. Le crisi di impresa e diritto di economia. Milano: Il Mulino, 2007.

TABB, Charles Jordan. The law of bankruptcy. 5ª ed. New York: The Foundation Press, 2016.

TEBET, Ramez. Parecer nº 534, de 2004: Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003 (nº 4.376/93, a Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências. Brasília: 2005.

TOLEDO, Paulo F. Campos Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique (coords.). Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; SATIRO, Francisco (coord.). Direito das Empresas em Crise: Problemas e Soluções. São Paulo. Quartier Latin: 2012.

TOLEDO, Paulo F. Campos Salles de. A empresa em crise no direito francês e americano. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1987.

_____. A Reforma da Lei de Falências e a experiência do Direito Estrangeiro. In: Revista do Advogado 36. São Paulo: AASP, 1992.

_____. Recuperação judicial de grupos de empresas. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; von ADAMEK, Marcelo Vieira (coord.). Temas de Direito Empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. A Disciplina Jurídica das Empresas em Crise no Brasil: Sua Estrutura

Institucional. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro 122, 2001.

_____. Recuperação judicial: a principal inovação da Lei de Recuperação de Empresas – LRE. In: Revista do Advogado 83, São Paulo: AASP, 2005.

_____. Arbitragem e insolvência. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo, n. 20, jan./mar. 2009.

_____. Extensão da falência a sócios ou controladores de sociedades falidas. In: Revista do Advogado 105. São Paulo: AASP, 2009.

UNCITRAL. Legislative guide on insolvency law. Disponível em <http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/insolven/05-80722_Ebook.pdf>. Acesso em 25 set. 2017.

VALLE, Javier. Una experiencia comparada reciente: la ley concursal española. Mobiliários. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro 134. São Paulo: Malheiros, 2004.

VALVERDE, Trajano de Miranda. Comentários à Lei de Falências, 4ª ed. atualizada por J. A. Penalva dos Santos e Paulo Penalva Santos, vol. I-III. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 2.

WARREN, Elizabeth. Bankruptcy Policy. 54 U. Chi. L. Rev., p. 775-814, Summer 1987.

_____. Bankruptcy Policymaking in an Imperfect World. 92 Mich. L. Rev., p. 336-387, 1993-1994.

WORLD BANK. Principles and guidelines for effective insolvency and creditor rights system. April 2001. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/GILD/PrinciplesAndGuidelines/20162797/Principles%20and%20Guidelines%20for%20Effective%20Insolvency%20and%20Creditor%20Rights%20Systems.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Principles for Effective Insolvency and Creditor/Debtor Regimes (revised 2011). Jan. 2011. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/EXTGILD/Resources/5807554-1357753926066/ICRPrinciples-Jan2011\[FINAL\].pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXTGILD/Resources/5807554-1357753926066/ICRPrinciples-Jan2011[FINAL].pdf)>. Acesso em: 25 set. 2017.